



**Fundado em 1875**  
Julio Mesquita (1891-1927)  
Julio de Mesquita Filho (1927-1969)  
Francisco Mesquita (1927-1969)  
Luiz Carlos Mesquita (1952-1970)  
José Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1988)  
Julio de Mesquita Neto (1969-1996)  
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1997)  
Américo de Campos (1875-1884)  
Nestor Rangel Pestana (1927-1933)  
Plínio Barreto (1927-1958)

**Conselho de Administração**  
**Presidente**  
Aurélio de Almeida Prado Cidade

**Membros**  
Fernão Lara Mesquita  
Francisco Mesquita Neto  
Júlio César Mesquita  
Patrícia Maria Mesquita  
Roberto C. Mesquita

**Opinião**  
**Diretor de Opinião:** Ruy Mesquita  
**Editor Responsável:** Antonio Carlos Pereira

**Informação**  
**Diretor de Conteúdo:** Ricardo Gandour  
**Editor-Chefe Responsável:** Roberto Gazzi

**Administração e Negócios**  
**Diretor Presidente:** Sílvio Genesini  
**Diretor de Operações:** Rubens Prata Jr.  
**Diretor Financeiro:** Ricardo do Valle Dellape  
**Diretora Jurídica:** Mariana Uemura Sampaio

## NOTAS & INFORMAÇÕES

# Pouco mais que nada

Pelo menos para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a aprovação pelo Congresso do projeto que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima teve uma grande utilidade política. Com base no texto aprovado no final de novembro, Lula pôde anunciar na conferência das Nações Unidas sobre mudanças climáticas, realizada no início de dezembro em Copenhague, que o Brasil estabeleceu a meta de reduzir entre 36,1% e 38,9% das emissões de gases poluentes até 2020. “Não é uma proposta para barganhar. É um compromisso”, garantiu à plateia internacional.

Não é certo, porém, que o texto sancionado na terça-feira pelo presidente tenha outra consequência prática além de seu uso político por Lula perante autoridades de todo o mundo, pois a lei não estabelece a obrigatoriedade do cumprimento da meta. Trata-se de uma meta voluntária, que espertamente a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) introduziu, por meio de emenda, no texto então em discussão no Senado, para evitar que a senadora Marina Silva (PV-AC), ex-ministra do Meio Ambiente e agora adversária do governo, apresentasse

emenda mais dura, que transformaria a redução de gases poluentes em compromisso legal e compulsório.

Na ocasião, o sucessor de Marina Silva no Ministério do Meio Ambiente, Carlos Minc, teve de jogar com as palavras para tentar justificar o caráter voluntário da meta. “Se não cumprir, será uma desmoralização total e absoluta”, afirmou. Pode ser. Mas o descumprimento, se ocorrer, só será constatado na prática em 2020, quando o governo Lula – e a gestão de Minc no Ministério – já terá terminado há uma década e poucos se lembrarão do que ele prometeu.

“Na minha cabeça, a palavra ‘voluntário’ não significa que o compromisso não seja obrigatório, diz apenas que a motivação é autônoma”, disse Minc, tentando dar um salto tríplice mortal na semântica. Mas o que o ministro pensa não coincide com os dicionários. Voluntário é o que age espontaneamente, o que faz por vontade própria, sem coação. É exatamente isso que significa a expressão inserida na lei.

“Inventamos uma lei cujo cumprimento é voluntário”, observou ao **Estado** o diretor de



campanhas da organização Greenpeace no Brasil, Sérgio Leitão. “É mais uma bobagem para o velho festival de besteiras que assola o País.”

Em resumo, com relação à redução das emissões, a lei não garante nada e, por isso, seus efeitos práticos podem ser nulos. Há outros pontos vagos. Entre os princípios da Política Nacional sobre Mudança do Clima estão a participação cidadã, o desenvolvimento sustentável e, no plano internacional, a assunção de “responsabilidades comuns, porém diferenciadas”.

As medidas que vierem a ser tomadas no âmbito dessa política devem ser motivadas por “razoável consenso por parte dos meios científicos e técnicos” e levar em conta “os diferentes contextos socioeconômicos”, distribuindo os encargos “de modo equitativo e equilibrado”.

A lei, como reconheceu a secretária de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, Suzana Kahn Ribeiro, “traça diretrizes gerais, é um plano de voo”. Por isso, durante a tramitação do pro-

jeto, o governo evitou a inserção no texto de definições mais precisas.

Agora, o governo vai concentrar forças na regulamentação. “Nossa preocupação é como fazer que tais compromissos sejam materializados”, disse Suzana Kahn. Mas o fato é que a regulamentação não pode fazer mais do que a lei – e a lei pode muito pouco. Há uma certa pressão no Ministério em concluir a regulamentação. O objetivo é que tudo esteja pronto até março – quando, não por coincidência, os ministros que pretenderem disputar as eleições deverão deixar o cargo.

Os vetos do presidente ao texto aprovado pelo Congresso – entre os quais um motivado por uma questão técnica de natureza jurídica e outro que se destinou a retirar o que o governo considerou limitação excessiva ao uso de combustíveis fósseis na geração de energia – conservaram o caráter meramente indicativo dos principais dispositivos da lei. Por isso, se serviu para dar lustro ao discurso de Lula em Copenhague, a lei não bastará para sustentar a posição brasileira na conferência marcada para a Cidade do México em 2010. O Brasil, como observou o diretor do Greenpeace, terá de mostrar mais do que boas intenções.

## Telecomunicações precárias

Com grande regularidade, os moradores do Condomínio Los Alamos, em Vargem Grande Paulista, a 39 km de São Paulo, constataam que seus telefones fixos não funcionam, reclamam à Telefônica e à Anatel, as linhas voltam a funcionar e o problema reaparece horas depois. É um exemplo de falta de manutenção e de investimentos na conservação da rede, e não é um caso excepcional.

É crescente o número de reclamações dos usuários. Nos primeiros 11 meses de 2009, houve 1,38 milhão de queixas dos serviços de telecomunicações, 53% mais do que as 900 mil do mesmo período de 2008.

Os serviços de telecomunicações, privatizados no governo Fernando Henrique, expandiram-se como nunca na história do País – em 1994, o número total de telefones era de 13,1 milhões, e hoje há cerca de 210 milhões. Mas a qualidade dos serviços de telefonia fixa, celular, banda larga e TV por assinatura deixa muito a desejar, como se depreende do levantamento da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), divulgado no dia 23.

A Anatel recebeu um total de 3,1 milhões de ligações de usuários que queriam reclamar, sugerir ou pedir informações. Em novembro, metade das 106 mil reclamações (55 mil) foi feita por assinantes da telefonia celular, que respondem por 80% do número total de ligações do País. As reclamações relativas aos serviços de telefonia fixa foram propor-

cionalmente maiores (34 mil).

Esses números parecem indicar que as concessionárias não têm investido na telefonia fixa, cujas tarifas são relativamente módicas, em especial, dentro das áreas metropolitanas, recursos proporcionais aos destinados à telefonia celular, que tem tarifas mais altas.

As principais queixas dos usuários referem-se a erros de cobrança (34,8% do total), de serviços não contratados ou ligações não efetuadas. E 14,4% referem-se a reparos não efetuados, em especial nos serviços de banda larga. Recorde-se que, em junho, a

### Há graves falhas no atendimento e na manutenção do serviço telefônico

Anatel proibiu a comercialização de novos acessos ao plano Speedy, da Telefônica, até que a empresa executasse ações emergenciais para restaurar a qualidade dos serviços, o que foi feito em agosto.

É também elevado o percentual de reclamações por mau atendimento dos serviços de *call centers* das concessionárias. Além do despreparo dos atendentes, é notória a má vontade, a queda das ligações, o tempo de espera muitas vezes superior ao previsto nas normas oficiais e as transferências sucessivas da ligação para outros atendentes, com o propósito pouco disfarçado de desestimular os pedidos de reparo ou de correção das contas, ou ainda o cancelamento do serviço.

Não apenas a Anatel, mas

os serviços de proteção ao consumidor (Procons) de 20 Estados e do governo federal constataram a precariedade do sistema de telecomunicações. Em 2009, de cada mil reclamações recebidas pelos Procons, 394 decorreram da insatisfação com as telecomunicações, segundo o Cadastro Nacional de Informações Fundamentadas de 2009 da Secretaria de Direito Econômico (SDE), divulgado no início de dezembro.

Entre os 10 fornecedores que lideraram as queixas, 4 são prestadores diretos de serviços de telecomunicações – Oi/Brasil Telecom, em primeiro lugar; Tim, em quinto lugar; Claro, em sétimo lugar; e Vivo, no nono lugar. Outros 4 são fornecedores de produtos para telecomunicações, como Sony Ericsson, Nokia, LG e Samsung.

Mais do que atender às necessidades de entretenimento dos usuários, os serviços de telecomunicações são instrumentos essenciais para o estudo ou a atividade profissional, ou ainda o atendimento de situações de emergência em prontos-socorros, hospitais, delegacias de polícia ou nos casos de interrupção do fornecimento de energia elétrica e outros serviços essenciais.

Os usuários de telecomunicações tratam as concessionárias e estas estão obrigadas a prestar-lhes serviços de qualidade ou oferecer resposta rápida às queixas, sujeitando-se às penalizações da Anatel ou a processos judiciais.

## Mais 31 legendas nos ameaçam

Com a chegada de mais um ano eleitoral, cientistas políticos e juristas especializados em legislação eleitoral constataram que, além das 27 agremiações já existentes no espectro partidário, outras 31 legendas estão funcionando em caráter provisório. E, como seus dirigentes não têm medido esforços para tentar obter o registro definitivo, isso pode levar o Brasil a contar com 58 partidos políticos, o que é um absurdo.

Os nomes desses partidos provisórios já dizem tudo. À esquerda, destacam-se a Liga Bolchevique Internacionalista e o Partido Comunista Revolucionário. À direita, destaca-se o Movimento Integralista Brasileiro. E, no meio dessa gelatina ideológica, há uma agremiação que apresenta um ideário alternativo sob o sugestivo nome de Partido Pirata. Evidentemente, todas essas legendas carecem de representatividade e, muito mais, de legitimidade. Apesar de a Constituição de 88 consagrar o sistema pluripartidário, é evidente que a maioria – se não a totalidade – dessas legendas não foi criada com propósitos sérios.

Algumas legendas pretendem atuar como simples “línguas de aluguel” – aquelas que, em troca de cargos ou de dinheiro, fazem o serviço sujo, atacando a honra de candidatos competitivos dos grandes partidos a cargos majoritários. Infelizmente, essa prática não é nova. Há vinte anos, por exemplo, na primeira eleição direta para a Presidência da República, esse papel foi exercido por “Marronzinho”, um desconhecido que se candida-

to por um partido nanico e passou a campanha difamando os candidatos que se destacaram nas primeiras pesquisas de opinião pública, como Mário Covas e Leonel Brizola. Outras agremiações foram criadas para vender vagas a candidatos que não conseguiram legenda nos principais partidos.

Mas os dirigentes das 31 legendas que funcionam em caráter provisório, aguardando a aprovação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), têm ainda outros objetivos. O primeiro deles é abocanhar uma fatia dos R\$ 149 milhões do Fundo Partidário, que são repassados

### É temporada de polpuda colheita para partidecos pré-fabricados

anualmente às agremiações com registro definitivo. O segundo objetivo é dispor de cerca de cinco minutos de TV e de rádio por semestre para apresentar suas propostas, que variam de delirantes exercícios retóricos a promessas de obras absurdas, como a criação de linhas de “aerotrem” e a criação de novas unidades federativas a partir da divisão dos Estados já existentes.

Além de reforçar o fisiologismo, dando margem a todo tipo de negociações espúrias, a proliferação de legendas sem qualquer representatividade confunde o eleitorado, distorce o debate ideológico e desmoraliza o jogo político, comprometendo a própria vitalidade do regime democrático. Nos países com consolidada democracia representativa, há três ou

quatro partidos no máximo. No Brasil, para se criar um partido basta, inicialmente, reunir 101 pessoas, que integrarão os diretórios distritais, municipais e estaduais. Mas em seguida, para demonstrar seu “caráter nacional”, as legendas precisam obter cerca de 468 mil assinaturas de “apoadores” espalhados por nove Estados, no mínimo. Até recentemente, como isso é caro, por envolver gastos com viagem e pagamento de coletores de assinaturas, várias legendas vinham optando por se juntar para conseguir o número mínimo de “apoadores”.

Nos últimos anos, porém, com a expansão de “igrejas” evangélicas e o propósito de algumas centrais sindicais de se converterem em partidos políticos, a falta de dinheiro deixou de ser problema. Trata-se de um “investimento” que pode ser facilmente amortizado desde que a agremiação emergente se coligue a alguma “base governista” ou, em troca de apoio ao Executivo, possa indicar diretores de bancos oficiais, chefes de departamentos financeiros de empresas estatais e conselheiros de fundos de pensão e de organismos financeiros constituídos nos moldes do Fundo de Amparo ao Trabalhador. Em pouco tempo o capital investido retorna.

A proliferação de agremiações nanicas e de legendas de aluguel só não tem causado mais danos à democracia brasileira porque o TSE tem sido rigoroso na concessão de registro definitivo. O mais sensato, contudo, seria aprovar leis mais drásticas, que limitassem a criação de partidos e assegurassem uma efetiva representatividade ao jogo político.

**ATENÇÃO:** As cartas devem ser enviadas com assinatura, identificação, endereço e telefone do remetente e poderão ser resumidas. O Estado se reserva o direito de selecioná-las para publicação. Correspondência sem identificação completa será desconsiderada.



**estadao.com.br**

Leia mais cartas  
[http://www.estadao.com.br/opiniaao/opi\\_forumleitores.0.htm](http://www.estadao.com.br/opiniaao/opi_forumleitores.0.htm)

• recebem polpudas indenizações e salários por conta da verdadeira “caderneta de poupança” que fizeram de sua militância política, como já bem disse, salvo engano, o deputado Fernando Gabeira.

♦ **FRANCISCO FERRO**  
[redacao@tecnodefesa.com.br](mailto:redacao@tecnodefesa.com.br)  
♦ São Paulo

#### Revolução da Anistia

♦ No projeto que visa à revogação da Lei de Anistia, consta a obrigatoriedade de que todos os “perseguidos” também devolvam os mais de R\$ 5 bilhões que já receberam a título de indenizações e cessem também as suas pensões mensais?

• **ÉLLIS A. OLIVEIRA**  
[elliscnh@estadão.com.br](mailto:elliscnh@estadão.com.br)  
Cunha

• O ministro Vannuchi deveria, primeiro, punir os assaltantes de bancos, para esclarecer aonde foi parar o dinheiro. E fazer os que pegaram em armas, bem conscientes do que estavam fazendo, os assassinos, pagarem pelas mortes, além de suspender as indenizações injustas, pois esses valores poderiam ir para as obras sociais que eles sempre alegavam defender. E, após isso, fazerem o que todo brasileiro comum faz: trabalhar.

**RICARDO TANNUNUS**  
[odracer1947@yahoo.com.br](mailto:odracer1947@yahoo.com.br)  
São Paulo

#### ‘Caiu o sistema’

Há poucas décadas ninguém sabia do que se tratava essa queda. Era comum falar em queda de

“E quando é que o sr. Manuel Zelaya vai pegar seu rumo?”

**Luiz Carlos Tiessi**  
[tiessilc@hotmail.com](mailto:tiessilc@hotmail.com)  
Jacarezinho (PR)

raio, de chuva, de árvores, de pontes, mas de sistema ninguém ouvia falar. Pior, ainda hoje sabemos pouco a respeito dele. Ansiosos e angustiados, esperamos que o sistema se restabeleça logo. Muitas vezes a empresa nos informa, gentilmente, quando ele voltará. Quase ninguém tem interesse em saber se é um problema da empresa ou de um serviço utilizado por ela. Por outro lado, nenhuma organização deseja esclari-

recer o problema havido e assumir a responsabilidade por falha em seu sistema operacional. É melhor deixar a coisa no ar, como se fosse um “diabo *ex-machina*” da tragédia moderna que surge do nada para punir os usuários do sistema que caiu. Sempre perguntado às jovens atendentes de grandes empresas, como bancos e telefonia celular, por exemplo, se o sistema “caiu” por falhas internas. Atônitas, elas me olham como se eu fosse um extraterrestre e respondem como papagaios treinados: “O sistema caiu, nada podemos fazer enquanto ele não voltar.” Seria interessante que as agências governamentais, supervisoras de serviços de bancos, de empresas de telefonia celular e outros de grande uso pela população, criassem indicadores de tem-

po de interrupção de seus sistemas operacionais, como já se adota no setor de energia elétrica, a fim de o consumidor compará-los entre si antes de contratar seus serviços. Não sei se sou azarado ou se realmente as empresas de telefonia celular têm péssimos sistemas operacionais: sempre “caem” e mesmo quando estão funcionando costumam se interromper quando se está no meio de escolhas entre múltiplos caminhos, apertando número e mais número escolhidos em diversas séries que se sucedem, na esperança de obter alguma orientação ou resposta gravada. O processo, cansativo e tenso, muitas vezes não se completa, ou porque não identificamos o número correto ou simplesmente porque se interrompe com o som de linha ocupa-

da. A via-crúcis parece terminar quando finalmente ouvimos a frase salvadora (muitas empresas já eliminaram esse alívio): “Aperte o número tal para falar com uma de nossas atendentes.” Nesse momento, a paranoia pode se desencadear em nossa mente com a nítida impressão de que existe uma conspiração particular contra a gente: é quando, depois de muitos e muitos minutos de espera da voz humana, a ligação cai e temos de repetir todo o processo. Se as agências reguladoras não conseguirem nos entender e nos ajudar, ainda resta a esperança que um “deus *ex-machina*” surja e afaste o “diabo” que perverteu nossos sistemas, deixando-os cair.

**EDUARDO JOSÉ DAROS**  
[daros@transporte.org.br](mailto:daros@transporte.org.br)  
São Paulo